Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e empresas controladas Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Caxias do Sul, 13 de abril de 2011.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Fábio Abreu de Paula Contador CRC 1MG075204/O-0 "S" RS

Índice

Demo	onstrações financeiras	
Ba	alanços patrimoniais	3
De	emonstrações do resultado	5
De	emonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
	emonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas	s explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1	Informações gerais	8
2	Resumo das principais políticas contábeis	8
	2.1 Base de preparação	8
	2.2 Consolidação	9
	2.3 Caixa e equivalentes de caixa	10
	2.4 Ativos financeiros	10
	2.5 Contas a receber de clientes	11
	2.6 Estoques	12
	2.7 Investimentos em controladas	12
	2.8 Ativos não circulantes mantidos para venda	12
	2.9 Ativos intangíveis	12
	2.10 Imobilizado	13
	2.11 Fornecedores	13
	2.12 Empréstimos e financiamentos	14
	2.13 Provisões	14
	2.14 Imposto de renda e contribuição social	14
	2.15 Capital social	15
	2.16 Reconhecimento da receita	15
	2.17 Arrendamentos	16
	2.18 Distribuição de dividendos	16
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
4	Gestão de risco financeiro	17
	4.1 Fatores de risco financeiro	17
	4.2 Gestão de capital	17
	4.3 Instrumentos financeiros por categoria	18
	4.4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos	
	circulantes e contas a pagar	19
	4.5 Investimentos	19
	4.6 Empréstimos e financiamentos	20
	4.7 Risco de mercado	20
_	4.8 Estimativa do valor justo	22
5	Caixa e equivalentes de caixa	23
6	Contas a receber de clientes	24
7	Estoques	26
8	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26
9	Investimentos em controladas - Controlada	31
10	Intangível	34

11	Imobilizado	37
12	Partes relacionadas	39
13	Empréstimos e financiamentos	42
14	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	44
15	Contingências possíveis	45
16	Impostos, taxas e contribuições	45
17	Patrimônio líquido	46
18	Lucro por ação	48
19	Receita	48
20	Despesas por natureza	49
21	Resultado financeiro	49
22	Despesa de imposto de renda e contribuição social	50
23	Seguros	50
24	Caixa gerado nas operações	51
	Compromissos	51
26	Adoção dos CPCs pela primeira vez	52
	26.1 Base da transição	52
	26.2 Conciliação entre BR GAAP antigo/CPCs	53

Balanços patrimoniais Em milhares de reais

		Co	ontroladora		(Consolidado
Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) Contas a receber de clientes (Nota 6) Estoques (Nota 7) Impostos a recuperar Dividendos a receber (Nota 12) Outras contas a receber	15.863 202.731 166.286 10.423 2.551 10.136	33.788 153.461 169.975 4.329 2.912 11.751	26.286 143.781 136.464 4.720 4.798 7.947	16.739 328.617 166.286 10.433	34.276 281.154 169.975 4.342	27.746 256.479 141.700 5.359
	407.990	376.216	323.996	533.751	502.668	447.642
Não circulante Realizável a longo prazo Créditos com partes relacionadas (Nota 12)	8.624	6.722	12.150	5.515	4.677	4.504
Contas a receber de clientes (Nota 6) Depósitos judiciais	3.584	1.168	1.296 8	20.723	14.253	8.286 8
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	21.589	22.307	25.240	37.991	38.955	37.040
Investimentos (Nota 9) Em controladas	235.474	236.153	263.878			
Outros	94	94	95	94	94	117
Intangível (Nota 10) Imobilizado (Nota 11)	15.076 72.144	12.195 73.683	13.026 75.627	15.153 72.697	12.230 74.179	13.058 76.533
	356.585	352.322	391.320	152.173	144.388	139.546
Total do ativo	764.575	728.538	715.316	685.924	647.056	587.188

Balanços patrimoniais Em milhares de reais

Em milhares de reais (continuação)

		С	ontroladora			Consolidado
Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
Fornecedores	186.586	135.747	136.201	186.586	135.747	136.201
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.704	5.637	18.091	92.650	84.621	60.232
Salários e encargos sociais	26.034	22.432	21.349	26.144	22.617	22.225
Impostos, taxas e contribuições (Nota 16)	24.983	31.373	21.980	27.827	41.255	28.232
Débitos com partes relacionadas (Nota 12)	205.509	207.793	206.067	19.168	27.353	23.116
Dividendos propostos (Nota 17)	2.710	10.939	24.603	2.710	10.939	24.603
Receitas diferidas	8.467	13.171	4.757	8.467	13.171	4.757
Outros passivos	5.825	16.314	23.635	20.759	25.677	28.936
	463.818	443.406	456.683	384.311	361.380	328.302
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	989	2.090	2.024	989	2.090	2.024
Impostos, taxas e contribuições (Nota 16)	706	1.875	5.083	706	1.875	5.083
Receitas diferidas	11.450	13.054	3.859	11.450	13.054	3.859
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (Nota 14)	2.879	2.965	3.710	3.735	3.509	3.963
	16.024	19.984	14.676	16.880	20.528	14.929
Patrimônio líquido (Nota 17)						
Capital social	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Reserva de capital	1.314	1.314	1.314	1.314	1.314	1.314
Reserva de lucros	133.419	112.598	93.409	133.419	112.598	93.409
Lucros (prejuízos) acumulados		1.236	(766)		1.236	(766)
	284.733	265.148	243.957	284.733	265.148	243.957
Total do passivo e patrimônio líquido	764.575	728.538	715.316	685.924	647.056	587.188

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	2010	2009	2010	2009
Operações continuadas				
Receitas (Nota 19) Custo das mercadorias vendidas, da intermediação	1.145.261	952.628	1.220.371	1.031.868
financeira e dos serviços prestados	(855.793)	(684.735)	(863.255)	(693.013)
Lucro bruto	289.468	267.893	357.116	338.855
Despesas com vendas (Nota 20)	(177.671)	(170.707)	(189.943)	(187.347)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(118.496)	(111.466)	(154.462)	(142.953)
Outros ganhos/(perdas), líquidos	11.287	11.362	9.925	10.424
Participação nos lucros de controladas (Nota 9)	10.735	12.599		
	(274.145)	(258.212)	(334.480)	(319.876)
Lucro operacional	15.323	9.681	22.636	18.979
Despesas financeiras (Nota 21)	(3.402)	(5.643)	(3.402)	(5.644)
Receitas financeiras (Nota 21)	1.828	6.543	1.842	6.595
Despesas financeiras, líquidas	(1.574)	900	(1.560)	951
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.749	10.581	21.076	19.930
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	(2.340)	(2.933)	(9.667)	(12.282)
Lucro liquido do exercício - operações continuadas	11.409	7.648	11.409	7.648
Atribuível a				
Acionista da Companhia	11.409	7.648		
Lucro por ação de operações continuadas (básico e diluído) atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
De operações continuadas (Nota 18)	2,81	1,88		

Lojas Colombo S.A. - Comércio de **Utilidades Domésticas**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		_			Rese	erva de lucros		
	Capital social	Reserva de capital - Incentivos fiscais	Legal	Para futuro aumento de capital	Reserva para compra de próprias ações	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2009 Ajustes de práticas contábeis (Nota 25)	150.000	1.314	7.316	69.994	15.000	1.099	(766)	244.723 (766)
Em 1º de janeiro de 2009 - ajustado Reversão de dividendos propostos (Nota 17) Lucro líquido do exercício	150.000	1.314	7.316	69.994	15.000	1.099	(766) 24.482	243.957 24.482
Originalmente apresentado Ajustes de práticas contábeis (Nota 25) Lucro líquido do exercício - ajustado							5.646 2.002 7.648	5.646 2.002 7.648
Destinações Reserva legal (Nota 17) Constituição de reservas estatutárias (Nota 17) Dividendos obrigatórios - R\$ 0,3302 por ação (Nota 17)			282	27.902	603		(282) (28.505) (1.341)	(1.341)
Dividendos complementares propostos - R\$ 2,3634 por ação (Nota 17)_				(7.896)	(603)	(1.099)		(9.598)
Em 31 de dezembro de 2009 Reversão de dividendos propostos (Nota 17) Lucro líquido do exercício	150.000	1.314	7.598	90.000	15.000		1.236 10.886 11.409	265.148 10.886 11.409
Destinações Reserva legal (Nota 18) Dividendos obrigatórios - R\$ 0,6673 por ação (Nota 17) Constituição de reservas (Nota 17)			570			20.251	(570) (2.710) (20.251)	(2.710)
Em 31 de dezembro de 2010	150.000	1.314	8.168	90.000	15.000	20.251		284.733

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.749	10.581	21.076	19.930
Ajustes Depreciação e amortização Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado Provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado Incorporação Bernasconi	10.522 2.366 322	11.966 504 313 286	10.669 2.380 322	12.147 781 313
Resultado de subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial (Nota 9) Despesas financeiras (Nota 21) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(10.735) 3.402 2.565 560	(12.599) 5.643 693 719	3.402 15.293 872	5.644 15.710 1.010
	22.751	18.106	54.014	55.535
Variações no capital circulante Contas a receber de clientes Estoques Impostos a recuperar Depósitos judiciais Créditos com partes relacionadas Outros ativos Fornecedores Impostos, taxas e contribuições Débitos com partes relacionadas Receitas diferidas Outros passivos	(54.251) 3.689 (6.094) (646) (1.902) 1.615 50.839 (9.181) 14.306 (6.308) (6.887)	(10.245) (33.511) 391 (1.464) 5.428 (3.796) (454) 6.185 1.093 17.609 (6.238)	(69.226) 3.689 (6.091) (646) (838) 1.245 50.839 (13.680) 8.405 (6.308) (1.391)	(46.352) (28.275) 1.017 (1.464) (173) 3.445 (454) 5.171 3.604 17.609 (2.867)
Fluxo de caixa atividades operacionais Imposto de renda e contribuição social pagos Juros pagos	7,931 (5.356)	(6.896) (3.785)	20.012 (9.620) (5.356)	6.796 (9.553) (1.797)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.575	(10.681)	5.036	(4.554)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisição de investimentos, líquidos Compras de imobilizado Compras de ativos intangíveis Valor recebido pela venda de imobilizado Dividendos recebidos	(12.617) (3.437) 1.502 11.775	(999) (10.797) (1.000) 1.789 42.924	(12.817) (3.497) 1.502	(10.745) (1.080) 1.789
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.777)	31.917	(14.812)	(10.036)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Ingressos líquidos de depósitos interfinanceiros Novos empréstimos Novos mútuos com partes relacionadas Pagamento de empréstimos Pagamento de mútuos com partes relacionadas Dividendos pagos	21.644 8.093 (24.886) (22.521) (53)	86.851 4.050 (99.305) (5.209) (121)	9.962 21.644 8.093 (24.886) (22.521) (53)	32.714 88.991 4.050 (99.305) (5.209) (121)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(17.723)	(13.734)	(7.761)	21.120
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(17.925)	7.502	(17.537)	6.530
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	33.788	26.286	34.276	27.746
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	15.863	33.788	16.739	34.276

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas ("Companhia" ou "Lojas Colombo"), é uma sociedade anônima fechada com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, com atuação nos Estados da Região Sul, São Paulo e Minas Gerais. A Lojas Colombo e suas controladas são referidas, conjuntamente como o "Grupo".

A Companhia tem por objeto o comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessórias ao negócio principal.

O Grupo realiza vendas utilizando-se a modalidade de financiamento Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o qual é substancialmente operado pela controlada indireta em conjunto Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- . A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("A.R. Colombo");
- . Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi");
- . Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar");
- . Crediare S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare");
- . Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha"); e
- . Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de abril de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs, estão descritas na Nota 25.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, abrangendo as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, as quais são apresentadas a seguir:

		Pa	rticipação - %
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Josema	100	100	100
Correfar	100	100	100
Crediare (*)	50	50	50

^(*) Participação de forma indireta através da Josema.

(b) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados a valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 5 e 6).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (ii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 6.

2.4.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A controlada em conjunto indireta Crediare participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundo da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração.

Os valores a receber e a pagar dos contratos de *swap* estão registrados na conta de passivo circulantes e exigível a longo prazo. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F Bovespa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessária.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2010 correspondia a, em média, 1,99 % a.m. (31 de dezembro de 2009 - 2,34% a.m.).

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10.

2.9 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-15
Veículos	5-8
Móveis, utensílios	2-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Notas 10 e 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustado a valor presente.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2010 correspondia a, em média, 0,51% a.m. (31 de dezembro de 2009 - 0,80% a.m.).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

As provisões de custos de ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de eletrodomésticos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende e entrega um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e financiamento próprio ou com terceiros.

(b) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de garantias e seguros para seus clientes.

A receita de contratos de prestação de serviços é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(c) Receita de intermediação financeira

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.17 Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ordinária.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 10 (c)).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. O imposto de renda e contribuição social ativos são registrados até a extensão de sua recuperabilidade, baseado em projeção de resultados/estimativas da administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perda (impairment) de ativos financeiros

O Grupo segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, o comportamento do fluxo de caixa de seus ativos através de indicadores de performance avaliados junto a administração .

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Crediare também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*. As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Crediare usa instrumentos financeiros derivativos para se proteger de certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A administração da Companhia identifica, avalia e o protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Risco de mercado

(a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos, mas que para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos e passivos captados (aplicados) no mercado, a Crediare participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em cada empresa do grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, financiamento com terceiros ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação a carteira de cartões de crédito, o Grupo tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha que apresentem um menor custo de captação.

(c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2010		
Empréstimos Fornecedores e outras contas a pagar (i)	3.737 434.909	1.001
Obrigações com arrendamento mercantil	11	3
Em 31 de dezembro de 2009		
Empréstimos	3.705	2.101
Fornecedores e outras contas a pagar (i)	400.929	
Obrigações com arrendamento mercantil	2.000	14
Em 1º de janeiro de 2009		
Empréstimos	14.903	175
Fornecedores e outras contas a pagar (i)	420.586	
Obrigações com arrendamento mercantil	3.407	1.873

As garantias financeiras representam garantias de passivos de subsidiárias, e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos	93.751	1.001	
Obrigações com arrendamento financeiro	93.731	3	
Instrumentos financeiros derivativos		ა	
Fornecedores e outras obrigações (i)	3 262.421		
Fornecedores e oditas obrigações (1)	202,421		
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos	83.634	2.101	
Obrigações com arrendamento financeiro	2.000	14	
Instrumentos financeiros derivativos	487	*4	
Fornecedores e outras obrigações (i)	228.543		
Fornecedores e oditas obrigações (1)	220.543		
Em 1º de janeiro de 2009			
Empréstimos	57.553	175	
Obrigações com arrendamento financeiro	3.407	1.875	
Instrumentos financeiros derivativos	281	1.0/5	
	_		
Fornecedores e outras obrigações (i)	241.932		

⁽i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Política de gestão de riscos financeiros

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco do Grupoa foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(e) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2010, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2009, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 17% e 21% e uma classificação de crédito BB. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 13) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	93.639 (16.7 <u>39</u>)	86.711 (34.276)
Dívida líquida	76.900	52.435
Total do patrimônio líquido	284.733	265.148
Total do capital	361.633	317.583
Índice de alavancagem financeira - %	21	17

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os contratos de swap (da controlada Crediare) demonstrados abaixo foram classificados e mensurados pelo nível 2 na hierarquia de mensuração pelo valor justo.

São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em CDI para juros prefixados. São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador, foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de *swap*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos derivativos da Crediare podem ser assim sumarizados:

				31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Indexador	Valor de referência	Até 3 meses	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	
Posição ativa CDI (*)	86	103	103	103	17.050	187.662	
Posição passiva Pré	86	108	108	109	18.012	189.704	
Total a pagar		(5)	(5)	(6)	(962)	(2.042)	

^(*) Variação dos certificados de depósito interbancário.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
31 de dezembro de 2010 Ativos, conforme o balanço patrimonial Contas a receber de clientes e demais contas a receber	361.016	
Caixa e equivalentes de caixa Derivativos - Crediare	16.739	(6)
	377.755	(6)
		Consolidado
		Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 18) Fornecedores e outras obrigações		93.625 14 250.902
		344.541

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
31 de dezembro de 2009 Ativo, conforme o balanço patrimonial Contas a receber de clientes e demais contas a receber Caixa e equivalentes de caixa Derivativos - Crediare	308.328 34.276	(962)
	342.604	(962)
		Consolidado Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2009 Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 18) Fornecedores e outras obrigações		84.720 1.991 225.842
		312.553
		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
1º de janeiro de 2009 Ativo, conforme o balanço patrimonial Contas a receber de clientes e demais contas a receber Caixa e equivalentes de caixa Derivativos - Crediare	281.123 27.746	(6)
	308.869	(6)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	Outros passivos financeiros
 1º de janeiro de 2009 Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 18) Fornecedores e outras obrigações 	56.831 5.425 239.044
	301.300

Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora				Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Recursos em banco e em caixa Operações compromissadas lastreadas	15.857	28.892	26.199	16.033	29.089	27.654	
em debêntures Títulos de renda fixa	6	4.896	76 11	6 700	4.896 291	76 16	
	15.863	33.788	26.286	16.739	34.276	27.746	

As operações compromissadas lastreadas em debêntures e os títulos de renda fixa são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber de clientes

	Controladora				Consolidad		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Da operação comercial							
Prestações a receber com financiamento							
próprio	64.244	8.935	28.498	64.244	8.935	29.263	
Cartões de crédito	138.368	124.841	117.659	138.368	124.841	112.676	
Outros	11.170	24.573	4.802	11.170	24.573	2.553	
Da operação financeira							
Contas a receber de crédito direto ao consumidor - CDC				178.294	181.197	165.939	
Rendas a apropriar de crédito direto ao consumidor - CDC				(23.753)	(26.412)	(27.169)	
Contas a receber de crédito direto ao consumidor interveniência bancária -							
CDCI	1.315	3.196	3.649	1.315	3.196	3.649	
Provisão para impairment (créditos de							
liquidação duvidosa)	(2.315)	(809)	(1.458)	(13.831)	(14.816)	(14.073)	
Ajuste a valor presente de clientes	(6.467)	(6.107)	(8.073)	(6.467)	(6.107)	(8.073)	
	206.315	154.629	145.077	349.340	295.407	264.765	
Menos parcela não circulante	(3.584)	(1.168)	(1.296)	(20.723)	(14.253)	(8.286)	
Parcela circulante	202.731	153.461	143.781	328.617	281.154	256.479	

(a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	de 2010	de 2009	de 2010	de 2009
Em 1º de janeiro	809	1.458	14.816	14.073
Complemento de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	2.565	693	15.293	15.710
Baixas efetuadas	(1.0 <u>59</u>)	(1.342)	(16.278)	(14.96 <u>7</u>)
Em 31 de dezembro	2.315	809	13.831	14.816

(b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

		Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de	
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	
	de 2010	de 2009	de 2010	de 2009	
Complemento de provisão	2.565	693	15.293	15.710	
Recuperação de créditos de clientes	(848)	(1.531)	(848)	(1.531)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - líquida das recuperações 26 de 56	1.717	(838)	14.445	14.179	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos impaired.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

(c) Ajuste a valor presente de clientes

	Controlado	ra e consolidado
	31 de Dezem bro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial Ajuste a valor presente sobre vendas a	6.107	8.073
prazo e/ou cartão parcelado Realização do ajuste a valor presente	21.794 (21.4 <u>34</u>)	19.786 (21.7 <u>52</u>)
	6.467	6.107

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até 2 anos a contar da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2010, na Controladora contas a receber de R\$ 0 (2009 - R\$ 842) estavam vencidas mas não *impaired*. Em 31 de dezembro de 2010, no Consolidado, contas a receber de clientes no valor de R\$ 0 (2009 - R\$ 97) encontram-se vencidas, mas não *impaired*.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas está apresentada abaixo:

		Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Até 30 dias	506	1.013	1.326	1.815	2.584	3.062	
De 31 a 60 dias	203	105	857	1.235	1.202	2.147	
De 61 a 90 dias	112	68	348	1.006	1.025	1.445	
Acima de 91 dias	<u>474</u>	465	251	9.297	12.512	10.011	
	1.295	1.651	2.782	13.353	17.323	16.665	

Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes na controladora, no total de R\$ 2.315 (2009 - R\$ 809) estavam *impaired* e provisionadas. Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes no consolidado, no total de R\$ 15.091 (2009 - R\$ 17.226) estavam *impaired* e provisionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos dessas contas a receber a vencer está representada abaixo:

	Controladora				Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Até três meses De três a doze meses De um a três anos Acima de cinco anos (-)Ajuste de receitas e despesas de originação de operações de crédito	114.824 95.176 3.802	103.807 55.707 380	78.233 72.117 1.476	176.462 159.192 19.070 2.197 (636)	165.133 120.493 12.236 1.493	135.981 126.248 8.141 363 (487)
	213.802	159.894	151.826	356.285	299.007	270.246

O resumo dos vencimentos das contas a receber (vencidos e a vencer) está representada abaixo:

		Controladora			Consolid		
	31 de	31 de	1º de	31 de	31 de	1º de	
	dezembro	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	janeiro	
	de 2010	de 2009	de 2009	de 2010	de 2009	de 2009	
Vencidos	1.295	1.651	2.782	13.353	17.323	16.665	
A vencer	213.802	159.894	151.826	356.285	299.007	270.246	
Total	215.097	161.545	154.608	369.638	316.330	286.911	

7 Estoques

		Controladora					
	31 de	31 de	1º de	31 de	31 de	1º de	
	dezembro	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	janeiro	
	de 2010	de 2009	de 2009	de 2010	de 2009	de 2009	
Estoque de mercadorias para revenda	170.772	173.299	139.958	170.772	173.299	144.973	
Materiais diversos	514	703	239	514	703	264	
Provisão para perdas nos estoques	(3.541)	(1.560)	(1.191)	(3.541)	(1.560)	(1.191)	
Ajuste a valor presente	(1.459)	(2.467)	(2.542)	(1.459)	(2.467)	(2.542)	
	166.286	169.975	136.464	166.286	169.975	141.504	

O ajuste a valor presente deduzido da conta de estoque refere-se ao valor presente sobre as compras que integraram a conta de fornecedores não realizada pelo giro de estoques.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2010				31 de deze	mbro de 2009	1º de j	aneiro de 2009		
		Co	ntroladora			Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total	Total	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	579	208	787	11.986	4.239	16.225	275	16.561	497	12.010
Provisão para contingências	7.561	2.722	10.283	7.783	2.803	10.586	10.092	10.271	9.637	8.971
Demais provisões temporárias	1.706	613	2.319	2.164	816	2.980	1.559	1.742	827	1.780
Efeitos Lei nº 11.638/07										
Leasing/imobilizado	(1.012)	(364)	(1.376)	(1.012)	(364)	(1.376)	(1.309)	(1.309)	(1.552)	(1.552)
AVP clientes	1.617	582	2.199	1.617	582	2.199	2.076	2.076	2.744	2.744
AVP fornecedores e estoques	79	28	107	79	28	107	358	358	347	347
Mercadorias não entregues	62	22	84	62	22	84				
Impairment	239	86	325	239	86	325	218	218		
Depreciação e amortização pela vida útil remanescente	(1.705)	(614)	(2.319)	(1.705)	(614)	(2.319)	(1.102)	(1.102)		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	6750	2.430	9.180	6.750	2.430	9.180	10.140	10.140	12.740	12.740
_	15.876	5.713	21.589	27.963	10.028	37.991	22.307	38.955	25.240	37.040

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social e as diferenças temporárias para fins fiscais. A realização desses créditos está baseada nas projeções orçamentárias que apresentam expectativa de gerações de lucros tributários futuros com realização prevista até 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

				C	ontroladora			Consolidado
Ano	Ativo	Passivo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2009								6.436
2010				2.296	5.341		12.947	9.202
2011	3.289	(993)	2.296	4.808	3.231	13.093	8.837	3.457
2012	6.794	(2.702)	4.092	5.778	3.770	8.697	7.746	4.035
2014	297		297	1.235	5.106	1.297	1.235	5.464
2015	1.970		1.970	511	3.166	1.970	511	3.488
2016 a 2019	12.934		12.934	7.679	4.626	12.934	7.679	4.958
	25.284	(3.695)	21.589	22.307	25.240	37.991	38.955	37.040

Os valores de compensação são os seguintes:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo de imposto diferido Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	27.600 14.086	28.222 13.144	32.156 6.436
	41.686	41.366	38.592
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	2.702 993	2.214 197	1.552
	3.695	2.411	1.552
Ativo de imposto diferido (líquido)	37.991	38.955	37.040

A Companhia apresenta em seus registros fiscais prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 144.240 (consolidado e controladora), a compensar com lucros tributários futuros. A administração, estima que o montante de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social registrada de R\$ 27.000 tem sua realização prevista até 2019.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 1º de janeiro	38.955	37.040	34.273
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes (Créditos de liquidação duvidosa)	(336)	4.553	(1.904)
Provisão para contingências	315	539	(2.440)
Demais provisões temporárias	1.238	830	1.021
Efeitos Lei nº 11.638/07			
Leasing/Imobilizado	(67)	236	(1.550)
AVP clientes	123	(668)	2.744
AVP fornecedores e estoques	(251)	11	346
Depreciação e amortização pela vida útil	(1.217)	(1.102)	
Impairment do imobilizado	107	218	
Mercadorias não entregues	84		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	(960)	(2.702)	4.550
Em 31 de dezembro	37.991	38.955	37.040

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

, 1			,	,	1 ,		0	
								Consolidado
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para contingências	Demais provisões temporárias	Impairment do imobilizado	Mercadorias não entregues	Efeitos Lo nº 11.638/07 AV	- contribuição	Total
Ativo de imposto diferido								
Em 1º de janeiro de 2009 Creditado à demonstração do resultado	12.008 4.553	9.732 539	912 830	218		3.09 (65		38.585 2.781
Em 31 de dezembro de 2009 Creditado à demonstração do resultado	16.561 (336)	10.271 315	1.742 1.238	218 107	84	2.43 (12		41.366 320
Em 31 de dezembro de 2010	16.225	10.586	2.980	325	84	2.30	9.180	41.686
								Consolidado
					n <u>º</u> 11	feitos Lei 1.638/07 - Leasing 1 1.obilizado	Efeitos Lei nº 11.638/07 - vida útil	Total
Passivo de imposto diferido								
Em 1º de janeiro de 2009 Debitado à demonstração do resultado						(1.545) 236	(1.102)	(1.545) (866)
Em 31 de dezembro de 2009 Debitado à demonstração do resultado						(1.309) (6 <u>7</u>)	(1.102) (1.21 <u>7</u>)	(2.411) (1.28 <u>4</u>)
Em 31 de dezembro de 2010						(1.376)	(2.319)	(3.695)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos em controladas - Controladora

(a) Informações sobre investimentos

										31 de dez	embro de 2010
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participações direta - %	Saldo do investimento	Efeito sobre lucro (prejuízo) da controlada	Dividendos propostos
Josema Correfar	237.932 96	2.551 3	7	35.003 50	236.381 93	10.741 (6)	35.003.000 50.000	100% 100%	235.381 <u>93</u>	10.741 (6)	2.551
						10.735			235.474	10.735	2.551
										31 de dez	embro de 2009
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participações direta - %	Saldo do investimento	Efeitos sobre lucro (prejuízo) da controlada	Dividendos propostos
Josema Bernasconi Correfar	238.840 228	2.913		35.003	235.927 226	14.263 (1.654)	35.003.000	100% 100%	235.927 226	14.263 (1.654) (10)	2.912
Correlar	226	2		50	220	(10) 12.599	50.000	100%	236.153	12.599	2.912
										1º de j	aneiro de 2009
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participações direta - %	Saldo do investimento	Efeitos s obre lucro (prejuízo) da controlada	Dividendos propostos
Josema Bernasconi Correfar	267.501 8.441 239	4.799 7.501 3	4.624	35.003 4.800 50	262.702 940 236	20.201 (1.940) (14)	35.003.000 4.800.000 50.000	100% 100% 100%	262.702 940 236	109.121 (1.940) (14)	4.798
						18.247			263.878	107.167	4.798

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação dos investimentos

	Bernasconi	Josema	Correfar	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 Ajuste -de prática contábil (Nota 25)	940	263.468 (766)	236	95	264.739 (766)
Saldos em 1º de janeiro de 2009 -					
ajustado	940	262.702	236	95	263.973
Baixa de outros investimentos				(1)	(1)
Incorporação ao patrimônio					
líquido	(286)				(286)
Aumento de capital	1.000				1.000
Resultado da equivalência					
patrimonial percentual de					
participação (c(i))	(1.654)	14.263	(10)		12.599
Dividendos recebidos		(38.126)			(38.126)
Dividendos propostos		(2.912)			(2.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		235.927	226	94	236.247
Resultado da equivalência					
patrimonial		10.741	(6)		10.735
Dividendos recebidos		(2.756)			(2.756)
Dividendos propostos		(8.737)	(126)		(8.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		235.175	94	94	235.363

(c) Outras informações sobre investimentos

(i) Josema

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Companhia detém o controle da Crediare.

(ii) Crediare (controlada indireta em conjunto)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

As demonstrações financeiras da Crediare em 31 de dezembro de 2010 apresentam um ativo total de R\$ 340.677 e um passivo circulante e não circulante de R\$ 227.114. As rendas a apropriar de Crédito Direto ao Consumidor - CDC montam a R\$ 47.506 (2009 - R\$ 52.823) e estão classificadas na rubrica "Contas a receber de clientes", no balanço patrimonial consolidado, de acordo com o critério de consolidação proporcional. As rendas de operações de crédito montam a R\$ 133.268 (2009 - R\$ 132.787) e são registradas na rubrica "Receita de intermediação financeira", na demonstração do resultado consolidado, de acordo com o critério de consolidação proporcional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo seguem as principais informações das Demonstrações financeiras da controlada em conjunto indireta Crediare:

	2010	2009
Ativo		
Circulante	294.001	281.261
Não circulante	46.676	39.030
Total do ativo	340.677	320.291
	2010	2009
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	227.114	207.838
Não circulante		4
Patrimônio líquido	113.563	112.449
Total do passivo e patrimônio líquido	340.677	320.291
	2010	2009
Demonstração do resultado Receita da intermediação financeira Despesas da intermediação financeira	133.268 (34.620)	132.787 (51.374)
Despesas operacionais	(56.684)	(47.449)
Imposto de renda e contribuição social	(16.950)	(13.344)
Lucro líquido do exercício	25.014	20.620

(iii) Bernasconi

Em 1º de novembro de 2008 a Companhia adquiriu a Bernasconi, empresa comercial que desenvolve atividades de compra e venda de mercadorias no segmento de eletro-eletrônicos e móveis em geral. No processo de aquisição do investimento na Bernasconi, foi apurado ágio no montante de R\$ 8.870, fundamentado na expectativa de geração de lucros futuros. Em 13 de abril de 2009, foi revisado o acordo de compra, com os ex-acionistas assumindo um passivo da Bernasconi no montante de R\$ 1.020, o qual foi reduzido do montante do ágio. Portanto, o valor final do ágio, que apresenta o montante de R\$ 7.850 (Nota 10).

(d) Incorporação de empresa controlada

Como mencionado na Nota 9 (c)(iii), a Companhia efetuou a incorporação de sua controlada Bernasconi. Apresentamos a seguir o balanço patrimonial da Bernasconi em 31 de março de 2009, data de sua incorporação ao patrimônio liquido da Companhia. Os saldos entre a Companhia e a Bernasconi foram eliminados no processo de incorporação.

35 de 56

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bernasconi

Ativo	31 de março de 2009	Passivo	31 de março de 2009
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.030	Salários a pagar	680
Contas a receber de clientes	1.519	Impostos, taxas e contribuições	140
Estoques	5.142	Débitos com partes relacionadas	6.296
Impostos a recuperar	217	Outras contas a pagar	2.092
Outras contas a receber	165		
			9.208
	8.073		
		Patrimônio líquido	
Não circulante		Capital social	5.800
Realizável a longo prazo		Prejuízos acumulados	(5.514)
Depósitos judiciais	73		
Créditos com partes relacionadas	1.000	Total do patrimônio líquido	286
Imobilizado	348		
	1 401		
	1.421		
Total do ativo	9.494	Total do passivo	9.494

10 Intangível

(a) Composição do saldo

				Controladora	Consolidado
	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Ágio pago em aquisições	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2009 Custo Amortização e <i>impairment</i> acumulados	12.845 (10.088)	11.807 (10.408)	8.870	33.522 (20.496)	33.610 (20.552)
Saldo contábil, líquido	2.757	1.399	8.870	13.026	13.058
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009					
Saldo inicial Aquisições	2.757 824	1.399 176	8.870	13.026 1.000	13.058 1.080
Alienações/baixas Amortizações	(88) (274)	(24) (42 <u>5</u>)	(1.020)	(1.132) (69 <u>9</u>)	(1.184) (724)
Saldo contábil, líquido	3.219	1.126	7.850	12.195	12.230

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora	Consolidado
	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Ágio pago em aquisições	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2009					
Custo total	10.521	10.805	7.850	29.176	29.286
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	(7.302)	(9.6 <u>79</u>)		(16.981)	(17.056)
Saldo contábil, líquido	3.219	1.126	7.850	12.195	12.230
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010					
Saldo inicial	3.219	1.126	7.850	12.195	12.230
Aquisições	3.028	409		3.437	3.497
Amortizações	(202)	(354)		(556)	(574)
Saldos contábil, líquido	6.045	1.181	7.850	15.076	15.153
Em 31 de dezembro de 2010					
Custo total	12.758	11.276	7.850	31.884	32.054
Amortização e impairment acumulados	(6.713)	(10.095)		(16.808)	(16.901)
Saldo contábil, líquido	6.045	1.181	7.850	15.076	15.153
Taxa de amortização - %	16,67	20			

(b) Outras informações

Foi aprovado em Reunião de Diretoria, em 26 de janeiro de 2010, o laudo de avaliação patrimonial da vida útil remanescente referente à data base de 10. de janeiro de 2009. O laudo foi emitido por avaliadores internos da Companhia. Como consequência, foram modificadas as taxas de amortização dos bens do imobilizado para refletir a nova estimativa de vida útil-econômica destes bens. Desta forma, a amortização do exercício ficou a menor em R\$ 790 (controladora e consolidado), se comparado com as taxas de amortização utilizadas antes do laudo de avaliação.

(c) Testes do ágio para verificação de impairment para intangível

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue abaixo um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Lojas do Estado de São Paulo	7.850	7.850	7.850
37 de 56	7.850	7.850	7.850

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor varejista no qual a UGC atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro são as que seguem:

			São Paulo
			Varejo
	31 de	31 de	1º de
	dezembro	dezembro	janeiro
	de 2010	de 2009	de 2009
Margem bruta (i)	25.444	29.666	26.700
Taxa de crescimento - percentual (ii)	10	5	5
Taxa de desconto - percentual (iii)	11,25	8,75	8,75

- (i) Margem bruta orçada.
- (ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.
- (iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

(a) Composição do saldo

							Controladora	Consolidado
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	<u>Total</u>	Total
Em 1º de janeiro de 2009 Custo Depreciação e <i>impairment</i> acumulados	7.513	19.831 (3.728)	33.224 (16.61 <u>5</u>)	24.157 (11.399)	25.770 (10.951)	24.230 (16.40 <u>5</u>)	134.725 (59.098)	135.831 (59.298)
Saldo contábil, líquido	7.513	16.103	16.609	12.758	14.819	7.825	75.627	76.533
Em 31 de dezembro de 2009 Saldo inicial Aquisições Ajuste ao valor de recuperação (<i>impairment</i>) Alienações Depreciações	7.513	16.103 (8) (243)	16.609 5.565 (308) (3.997)	12.758 758 (313) (156) (829)	14.819 3.042 (578) (3.969)	7.825 1.432 (111) (2.229)	75.627 10.797 (313) (1.161) (11.267)	76.533 10.745 (313) (1.363) (11.423)
Saldo contábil, líquido	7.513	15.852	17.869	12.218	13.314	6.917	73.683	74.179
Em 31 de dezembro de 2009 Custo total Depreciação acumulada	7.513	20.392 (4.540)	36.201 (18.332)	26.291 (14.07 <u>3</u>)	25.318 (12.004)	21.550 (14.63 <u>3</u>)	137.265 (63.582)	137.829 (63.650)
Saldo contábil, líquido	7.513	15.852	17.869	12.218	13.314	6.917	73.683	74.179
Em 31 de dezembro de 2010 Saldo inicial Aquisições Ajuste ao valor de recuperação (<i>impairment</i>) Alienações Depreciações	7·513 (5)	15.852 (228)	17.869 6.258 (225) (347) (4.568)	12.218 2.456 (2.816) (471)	13.314 2.404 (85) (461) (2.959)	6.917 1.499 (12) (239) (1.740)	73.683 12.617 (322) (3.868) (9.966)	74.179 12.817 (322) (3.882) (10.095)
Saldo contábil, líquido	7.508	15.624	18.987	11.387	12.213	6.425	72.144	72.697
Em 31 de dezembro de 2010 Custo total Depreciação acumulada	7.508	19.816 (4.192)	39.303 (20.316)	15.132 (3.74 <u>5</u>)	103.003 (90.790)	20.028 (13.60 <u>3</u>)	204.790 (132.646)	205.749 (133.052)
Saldo contábil, líquido	7.508	15.624	18.987	11.387	12.213	6.425	72.144	72.697

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras informações

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos conforme descrito respectivamente, nas Notas 13(b) e 16.

Foi aprovado em Reunião de Diretoria, em 26 de janeiro de 2010, o laudo de avaliação patrimonial da vida útil remanescente referente à data base de 10. de janeiro de 2009. O laudo foi emitido por avaliadores internos da Companhia. Como consequência, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado para refletir a nova estimativa de vida útil-econômica destes bens. Desta forma, a depreciação do exercício ficou a menor em R\$ 2.452 (controladora e consolidado), se comparado com as taxas de depreciação utilizadas antes do laudo de avaliação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

Transações e saldos

											Co	ntroladora
									31 de dezemb	oro de 2010		
	Crediare	Colombo Motos	Correfar	A.R. Colombo	Consórcio <u>Farroupilha</u>	Josema	Banco Bradesco S.A.	Colmagi	Pessoas físicas	Total	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo Outras contas a receber Dividendos a receber	6.218				2.406	2.551				8.624 2.551	6.722 2.912	12.150 4.798
Total créditos com partes relacionadas	6.218				2.406	2.551				11.175	9.634	16.948
Caixa e equivalentes Contas a receber	9.408						1.852			1.852 9.408	2.611 8.826	3.531 14.460
Passivo Aluguéis a pagar Mútuos Contas a pagar	15.748		84	59	10	178.384		203 1.240	7 9.774	279 189.482 15.748	212 206.072 1.509	220 205.399 448
Total débitos compartes relacionadas	15.748		<u>84</u>	59	10	178.384		1.443	9.781	205.509	207.793	206.067
Empréstimos e financiamentos							1.061			1.061	1.821	5.751
Receitas/despesas Vendas de mercadorias Custo mercadorias vendidas e serviços prestados Despesas com vendas e		5.275 (5.563)								5.275 (5.563)	5.405	5.863
administrativas Receitas, (despesas) e		5		(300)	8.597			(999)	(1.476)	5.827	49.483	40.304
ressarcimentos financeiras					(109)			(173)	(38)	(320)	(2.090)	(3.996)

As despesas administrativas das operações realizadas com a Crediare e a Consórcio Farroupilha referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Consolidado
						31 de deze	mbro de 2010		
	Colombo Motos	A.R. Colombo	Consórcio Farroupilha	Banco Bradesco S.A. (*)	Colmagi	Pessoas físicas	Total	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Outras contas a receber			2.406	3.109			2.406 3.109	2.631 2.046	100 2.258 2.146
			2.406	3.109			5.515	4.677	4.504
Aplicações financeiras				2.724			2.724	134	330
Passivo Aluguéis e contas a pagar Recursos de aceites cambiais		59	11	7.874	203	7	8.154	967	444 58
Mútuos					1.240	9.774	11.014	26.386	22.614
Total débitos com partes relacionadas		59	11	7.874	1.443	9.781	19.168	27.353	23.116
Empréstimos e financiamentos Depósitos interfinanceiros				1.064 88.943			1.064 88.943	481 78.502	5.751 42.049
Receitas/despesas Vendas de mercadorias Custo mercadorias vendidas e serviços prestados Despesas com vendas e administrativas Receitas e (despesas) financeiras Despesas financeiras de depósitos interfinanceiros	5.275 (5.563) 5	(300)	8.597 (109)	(7.171	(999) (173)	(1.476) (38)	5.275 (5.563) 5.827 (320) (7.171)	8.077 (2.015) (4.129)	22.691 (5.828) (3.493)

^(*) Refere-se a 50% de participação na controlada em conjunto Crediare e ativos da controlada Lojas Colombo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

O Grupo é controlado pela AR Colombo Administração e Participações S.A. (constituída no Brasil), que detém 99,50% das ações da sociedade. Os 0,50% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

As operações de captação através de depósitos interfinanceiros realizadas entre o Bradesco e suas partes relacionadas são efetuadas em condições de prazos e remuneração normais de mercado.

As despesas administrativas das partes relacionadas com a Lojas Colombo referem-se, principalmente, às despesas de natureza corporativa e de infra-estrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas partes relacionadas.

As despesas de aluguel da Companhia com partes relacionadas são remuneradas de acordo com o faturamento das respectivas lojas.

Não existem compra e venda de produtos e serviços entre partes relacionadas.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações ativas de CDC e ressarcimento de despesas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está apresentada a seguir:

			Controladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Pro-labore	1.274	854	1.208	1.496	1.253	1.653
	1.274	854	1.208	1.496	1.253	1.653

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009		
Em 1º de janeiro Empréstimos efetuados durante o exercício Juros (Nota 23) Amortização de empréstimo	206.074 8.093 1.822	205.399 4.050 1.773	26.386 8.093 1.822	22.614 4.050 1.773		
realizado Juros pagos	(3.985) (22.522)	(5.102) (46)	(21.302) (3.98 <u>5</u>)	(2.005) (46)		
Em 31 de dezembro	189.482	206.074	11.014	26.386		

13 Empréstimos e financiamentos

		C	Controladora			Consolidado
Tipos de empréstimos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante Capital de giro Arrendamento mercantil	3.693	3.661	14.725	3.693	2.153	14.725
financeiro Depósitos interfinanceiros -	11	1.976	3.366	11	1.976	3.366
Bradesco S.A.				88.946	80.492	42.141
	3.704	5.637	18.091	92.650	84.621	60.232
Não circulante Capital de giro Arrendamento mercantil	989	2.076	173	989	2.076	173
financeiro		14	1.851		14	1.851
	989	2.090	2.024	989	2.090	2.024
Total de empréstimos	4.693	7.727	20.115	93.639	86.711	62.256

As obrigações por depósitos interfinanceiros referem-se a depósitos prefixados captados junto ao mercado em prazo de 1 a 30 dias, remunerados a taxa de 105% da variação do CDI (100% a.a. em 2009).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não correntes apresentam a seguinte composição:

			Controladora			Consolidado
Ano de vencimento	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			2.024			2.024
2011		2.090			2.090	
2012	989			989		
	989	2.090	2.024	989	2.090	2.024

O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 11 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.976).

(b) Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imobilizado (valor líquido) Leasing	4.047	5.838	14.417
	4.047	5.838	14.417

Para os demais empréstimos e financiamentos não garantidos com ativos da Companhia, foram oferecidos os avais de diretores e fianças da empresa A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Como os encargos financeiros são atrelados a CDI, o valor contábil é próximo ao valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 105% do CDI (2009 - 107% do CDI).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados, conforme demonstrado abaixo:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento			
Menos de um ano Mais de um ano e menos de cinco anos	14	2.148 14	4.309 1.851
	14	2.162	6.160
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	3	172	943
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro			
O valor presente das obrigações de arrendamento f	inanceiro é como s	segue	
Menos de um ano Mais de um ano e menos de cinco anos	11	1.976 14	3.366 1.851
	11	1.990	5.217

14 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

					<u>Controladora</u>
	ICMS	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Outros	2010	2009
Em 1º de janeiro Debitado à demonstração do resultado	18.597	8.964	2.117	29.678	28.959
Provisões adicionais Usado durante o exercício (baixa)		3.476 (3.034)	118	3.594 (3.034)	4.026 (3.307)
Em 31 de dezembro	18.597	9.406	2.235	30.238	29.678
(-) Depósitos judiciais relacionados	(18.603)	(8.748)	(8)	(27.359)	(26.713)
Total do não circulante	(6)	658	2.227	2.879	2.965

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	ICMS	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Outros	2010	2009
Em 1º de janeiro Debitado à demonstração do resultado Provisões adicionais Usado durante o exercício (baixa)	18.597	9.508 3.788 (3.034)	2.117	30.222 3.906 (3.034)	29.212 4.317 (3.307)
Em 31 de dezembro	18.597	10.262	2.235	31.094	30.222
(-) Depósitos judiciais relacionados	(18.603)	(8.748)	(8)	(27.359)	(26.713)
Total do não circulante	(6)	1.514	2.227	3.735	3.509

(a) ICMS

Refere-se, principalmente, ao questionamento da incidência do ICMS sobre encargos financeiros, sendo que, em conexão a esta contingência, foram efetuados depósitos judiciais que cobrem o principal, multa e juros.

(b) Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- . Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$ 8.099 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 7.683 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 7.498 em 1º de janeiro de 2009) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- . Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra o Grupo por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião dos seus consultores jurídicos, após analise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 2.163 (R\$ 1.825 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 853 em 1º de janeiro de 2009).

15 Contingências possíveis

O Grupo tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente o Grupo tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

		Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributárias ICMS	10.346	9.480	385	10.346	9.480	385
	10.346	9.480	385	10.346	9.480	385

Em 31 de dezembro de 2010, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos, representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias, cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada pela administração e suportada por seus consultores jurídicos como possível, era de aproximadamente R\$ 10.346 (2009 - R\$ 9.480). A Administração, por entender que não haverá perdas, não registrou provisão para riscos sobre esses valores.

16 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora			Consolidado			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS REFIS IV (*) ICMS Obrigações sociais Outros	1.382 6.778 3.056 7.004 5.968 1.501	2.554 4.294 20.488 4.288 1.624	4.262 6.542 10.258 4.579 1.422	3.650 7.099 3.056 7.004 5.986 1.738	9.403 2.960 4.294 20.306 4.313 1.854	5.630 4.547 6.542 10.279 4.756 1.561	
(-) Circulante	(24.983)	(31.373)	(21.980)	(27.827)	<u>(41.255</u>)	(28.232)	
Não circulante	706	1.875	5.083	706	1.875	5.083	

^(*) A Companhia aderiu ao "REFIS IV" previsto pela lei 11.941/09, onde efetuará a compensação de R\$ 2.296, da dívida remanescente com prejuízos fiscais.

A Companhia para processos e parcelamentos apresentou como garantia bens do ativo imobilizado, de acordo com a legislação vigente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social estava composto em 31 de dezembro de 2010 por 4.061.348 ações, sendo 3.519.986 ações ordinárias e 541.362 ações preferenciais, sem valor nominal (31 de dezembro de 2009 - 4.061.348 ações).

(b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da reserva legal; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) reservas estatutárias de 15% para reserva para compra de próprias ações, não podendo exceder a 10% do capital social, e reserva para futuro aumento de capital, não podendo exceder a 60% do capital social; e (iv) atingidos os limites das reservas anteriores, o respectivo saldo deverá ser destinado à capitalização.

Em 31 de dezembro, foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

Em 1º de janeiro de 2009	
Reversão de dividendos não distribuídos (i)	24.482
Lucro líquido do exercício - originalmente apresentado	5.646
Transferência para reserva legal (5%)	(282)
Transferência para reserva de dividendos mínimos obrigatórios	(1.341)
Transferência para reserva de dividendos complementares propostos	(9.598)
Transferência de reserva de retenção de lucros para dividendos complementares	1.099
Transferência para reserva estatutária para futuro aumento de capital	(20.006)
Em 31 de dezembro de 2009	
Em 1º de janeiro de 2010	
Reversão de dividendos não distribuídos (ii)	10.886
Lucro do exercício	11.409
Ajustes de práticas contábeis (Nota 25) - efeito acumulado de 31 de dezembro de 2009	1.236
Transferência para reserva legal (5%)	(570)
Transferência para reserva de dividendos mínimos obrigatórios	(2.710)
Transferência para reserva de retenção de lucros	(20.251)
Em 31 de dezembro de 2010	

- (i) Reversão de dividendos não distribuídos de conforme a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009, no montante de 24.482 referente a 2009.
- (ii) Reversão de dividendos não distribuídos de conforme a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010, no montante de 10.886 referente a 2010.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Consolidad	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	11.409 4.061	7.648 4.061
Lucro básico por ação	2.81	1.88

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

19 Receita

		Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receita bruta de vendas Vendas de mercadorias Prestação de serviços Receitas da intermediação financeira	1.321.462 14.836 21.525	1.180.428 19.619 21.752	1.321.462 28.218 86.875	1.187.677 28.255 87.019
	1.357.823	1.221.799	1.436.555	1.302.951
Deduções Impostos e contribuições Devoluções e abatimentos	(166.425) (46.1 <u>37</u>)	(224.630) (44.54 <u>1</u>)	(170.047) (46.1 <u>37</u>)	(226.351) (44.732)
Total das deduções	(212.562)	(269.171)	(216.184)	(271.083)
Receita líquida de vendas	1.145.261	952.628	1.220.371	1.031.868

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas por natureza

		<u>Controladora</u>	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	
Custos das mercadorias vendidas e de					
intermediação financeira	(855.793)	(684.735)	(863.255)	(693.013)	
Despesas com pessoal e encargos	(123.204)	(121.221)	(123.810)	(121.415)	
Encargos de depreciação, amortização	(10.200)	(11.653)	(10.347)	(11.834)	
Ajuste ao valor de recuperação (impairment)	(322)	(313)	(322)	(313)	
Despesas com aluguel	(34.648)	(29.834)	(34.648)	(29.834)	
Despesas com propaganda	(35.501)	(34.214)	(35.501)	(34.214)	
Remuneração dos administradores (Nota 12)	(1.274)	(854)	(1.496)	(1.253)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa,					
líquida das recuperações (Nota 6)	(1.717)	838	(14.445)	(14.179)	
Outros ganhos/ (perdas), líquidos	11.287	11.362	9.925	10.424	
Outras despesas	(89.301)	(84.922)	(123.836)	(117.258)	
Custo total das vendas, despesas venda					
e despesas administrativas	(1.140.673)	(955.546)	(1.197.735)	(1.012.889)	
Custos das mercadorias vendidas e de					
intermediação financeira	(855.793)	(684.735)	(863.255)	(693.013)	
Despesas com vendas	(177.671)	(170.707)	(189.943)	(187.347)	
Despesas administrativas	(118.496)	(111.466)	(154.462)	(142.953)	
Outros ganhos/ (perdas), líquidos	11.287	11.362	9.925	10.424	

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receitas financeiras Juros recebidos Rendas de aplicações financeiras	1.017	2.141	1.020	2.141 31
Variação cambial de empréstimos	140	919	149	938
Descontos obtidos	478	1.131	478	1.131
Outras	193	2.352	195	2.354
	1.828	6.543	1.842	6.595
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.361)	(3.402)	(1.361)	(3.402)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(1.822)	(1.773)	(1.822)	(1.773)
Descontos concedidos	(148)	(264)	(148)	(264)
Variações monetárias	(71)	(204)	(71)	(20 <u>5</u>)
	(3.402)	(5.643)	(3.402)	(5.644)
Despesas financeiras, líquidas	(1.574)	900	(1.560)	951

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Imposto corrente Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(1.622)		(8.703)	(14.197)
Imposto diferido (Nota 8) Geração e estorno de diferenças temporárias	(718)	(2.933)	(964)	1.915
Despesa de imposto de renda	(2.340)	(2.933)	(9.667)	(12.282)

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	13.749	10.581	21.076	19.930
Adições (exclusões) permanentes Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial Outras adições permanentes, líquidas Efeito do adicional de 6% na alíquota de contribuição social na controlada em conjunto Crediare	(10.735) 3.136	(12.599) 10.135	3.432 3.193	9.289 6.396
Base de cálculo Alíquota fiscal combinada - %	6.150 34	8.117 <u>34</u>	27.701 34	35.615 34
	(2.091)	(2.760)	(9.418)	(12.109)
IR/CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias	(249)	(173)	(249)	(173)
Encargo fiscal	(2.340)	(2.933)	(9.667)	(12.282)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Seguros

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2010 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	seguradas
Responsabilidade civil	1.215
Compreensivo empresarial	61.350

24 Compromissos

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia do Grupo como arrendatária

O Grupo arrenda diversos pontos de varejo através de contratos de arrendamento operacional canceláveis. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento a valores de mercado. Para rescisão destes contratos, o Grupo tem que fornecer uma notificação com antecedência mínima de 30 dias sendo que todas as despesas com arrendamento são debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, desses contratos totalizam:

			Consolidado
	31 de	31 de	1º de
	dezembro	dezembro	janeiro
	de 2010	de 2009	de 2009
Menos de um ano	514	225	4.966
Mais de um ano e menos de cinco anos	62.070	80.557	10.587
Mais de cinco anos	15.407	24.509	126.178
	77.991	105.291	141.731

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Adoção dos CPCs pela primeira vez

25.1 Base da transição

25.1.1 Aplicação dos CPCs 15 ao 43

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs. O Grupo aplicou os CPCs 15 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, O Grupo aplicou as exceções obrigatórias relevantes e isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

(a) Consolidação

De acordo com o BR GAAP antigo, a apresentação de demonstrações consolidadas não era requerida para companhias de capital fechado. Com a aprovação do CPC 36 - Demonstrações consolidadas, a Companhia passou a cumprir os requisitos de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações consolidadas. Desta forma, a Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com três colunas, partindo do saldo inicial de 1º de janeiro de 2009, data de adoção inicial desta nova prática contábil.

25.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pelo Grupo

O Grupo avaliou as isenções permitidas pela norma e concluiu que nenhuma delas eram aplicáveis e por esse motivo não foram utilizadas. As isenções previstas eram:

- (a) Isenção de combinação de negócios
- (b) Isenção do valor justo como custo presumido
- (d) Isenção do benefício a empregados

25.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pelo Grupo

O Grupo avaliou as exceções pela norma e nenhuma delas eram aplicadas e por esse motivo não foram utilizadas. As isenções previstas eram essas:

- (a) Exceção da contabilização do hedge.
- (b) Exceção das estimativas.

25.2 Conciliação entre BR GAAP antigo/CPCs

O Grupo avaliou aplicação das normas de BR GAAP antigo e CPCs e identificou os efeitos abaixo demonstrados referentes à sua controlada em conjunto indireta - Crediare:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosas

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as instituições financeiras, a constituição de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que se baseia no conceito de "perda esperada". De acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia nos conceitos de "perda incorrida", que requer a identificação de evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

(b) Rendas a apropriar

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as instituições financeiras que seguem as regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, a política da Crediare é de se proceder à atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia com o reconhecimento das rendas no resultado do exercício e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar (redutora do saldo de contas a receber de operações de crédito). Segundo os CPCs, esse corte de 60 dias não é aplicado. Os montantes de rendas a apropriar a partir do 59º dia de atraso apurados foram considerados irrelevantes, e portanto não ajustados.

(c) Receitas e despesas de originação de operações de crédito

A controlada em conjunto indireta Crediare adota como prática contábil para fins de BR GAAP antigo e também para atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil o reconhecimento imediato no resultado de receitas e despesas de originação de operações de crédito.

De acordo com os CPCs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à operação devem ser incluídas no cálculo do custo amortizado da operação usando o método da taxa de juros efetiva e amortizadas contra o resultado durante o período de vigência da operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2.1 Refazimento das demonstrações financeiras da pela adoção dos CPCs pela primeira vez e reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre BR GAAp antigo e CPCs (Controladora e Consolidado)

Conforme permitido pelo CPC 43, a administração da Companhia optou por reapresentar cifras comparativas da Controladora, com vistas a uniformizar as práticas contábeis com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras consolidado em CPCs. Essas mudanças de práticas afetaram o patrimônio liquido da controladora em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

			Controladora
	Patrimônio líquido		Resultado do exercício
	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Saldo originalmente apresentado	263.912	244.723	5.646
Ajuste de investimentos - equivalência patrimonial	1.236	(766)	2.002
Saldo ajustado - CPCs	265.148	243.957	7.648
			Consolidado
	Patrin	iônio líquido	Resultado do exercício
	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Saldo originalmente apresentado	263.847	244.723	5.581
Ajuste de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.410	(789)	3.199
Ajuste de receitas e despesas de originação de operações de crédito	(348)	(487)	139
Imposto de renda e contribuição social sobre os assuntos acima descritos Outros	(826) 65	510	(1.336) 65
Saldo ajustado - CPCs	265.148	243.957	7.648

* * *